



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

## EDITAL Nº 1/2025

### PROVA OBJETIVA – TARDE

### ANALISTA DE CONTROLE

### NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;



#### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

## Conhecimentos Básicos

### Língua Portuguesa

1

“As coisas passam a existir a partir dos seus nomes. Nós só conhecemos a realidade através das palavras. Essa mediação já a tinham visto os escolásticos na Idade Média: *vox significat mediantibus conceptibus* “a palavra significa por meio do conceito”. Quer dizer que o conhecimento das coisas se faz atravessando um percurso triádico: a voz, conceito, a coisa. Suponhamos uma coisa, digamos um gato (coisa no sentido amplo de *res*). Nós vemos um gato, são os sentidos que nos transmitem a imagem do animal (até aqui com os animais superiores essa forma de conhecimento). Mas a mente humana depreende dessa imagem, que é particular, individual, uma ideia geral, dita *conceito*, pelo processo da *abstração*, que é exclusivo do ser humano. A ideia da coisa já não se refere a um determinado gato, mas a uma espécie de animal, que recebe precisamente esse nome.”

Assinale a afirmativa correta sobre a significação do texto acima.

- (A) Sem os nomes que lhes são atribuídos, as coisas só existiriam em nossa imaginação.
- (B) A citação latina comprova uma afirmação anterior e é seguida de sua tradução para mais clareza do texto.
- (C) As palavras, como informa o texto, dão ao homem a possibilidade de passar de uma ideia geral para uma realidade particular.
- (D) Os homens se distinguem dos outros animais, entre outras coisas, por sua possibilidade de conhecer as realidades do mundo.
- (E) Nossos sentidos, segundo o texto, nos trazem imagens defeituosas do mundo, que são corrigidas por nossa capacidade de abstração.

2

Leia o texto abaixo, presente na contracapa de um livro sobre temas ligados à língua portuguesa:

“Há duas maneiras de aprender qualquer coisa: uma, leve, suave, com informações corretas, mas superficiais, que, pela incompletude da lição, não indo aos assuntos a ela correlatos, acaba sendo insuficiente para permitir a fixação da aprendizagem. É um método que pode agradar, e até divertir o leitor menos exigente, mas não lhe garante o sucesso do conhecimento.” (Evanildo Bechara)

Assinale a afirmativa correta sobre a estruturação ou significação do texto de Bechara.

- (A) As duas maneiras de aprendizagem indicadas na primeira frase do texto estão explicitadas a seguir.
- (B) Segundo o texto, são as relações entre as informações que estruturam a perfeita aprendizagem.
- (C) A oração “não indo aos assuntos a ela correlatos” mostra o valor semântico de consequência.
- (D) O termo “incompletude”, que mostra uma opinião do autor, não é explicado no desenvolvimento do texto.
- (E) A diversão, na aprendizagem, é vista como aliada importante na aquisição do conhecimento eficiente.

3

A hipérbole é uma amostra de linguagem figurada caracterizada pelo exagero na expressão, para enfatizar algum aspecto do texto.

As opções abaixo, retiradas de obras de Machado de Assis, mostram hipérbolos, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) “Uma noite Estêvão assistira à representação de Otelo, palmeando até romper as luvas, aclamando até cansar-lhe a voz.” (*A Mão e a Luva*)
- (B) “Estácio encontrou D. Úrsula a ler um tomo do *Saint-Clair das Ilhas*, enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da Ilha da Barra.” (*Helena*)
- (C) “Quando esta carta te chegar às mãos, estarei morto, morto de saudades da minha tia e de ti.” (*Helena*)
- (D) “Desejei penteá-los por todos os séculos dos séculos, tecer duas tranças que pudessem envolver o infinito por um número inominável de vezes.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “E elas ouviam tudo (castas estrelas!), tudo o que a boca temerária de Rubião ia entornando na alma pasmada de Sofia.” (*Quincas Borba*)

4

As opções a seguir contêm frases retiradas do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Selecione a que apresenta uma troca indevida entre os parônimos *absolver* / *absorver*.

- (A) “O saque das povoações que conquistam, tem-no como direito de guerra, e neste ponto os absorve a História inteira.”
- (B) “Mas a situação não mudou. Aquele fragmento revoltado do arraial, para cuja expugnação pareciam excessivas duas brigadas, absorvera-as; absorvera o reforço enviado; ia absorver batalhões inteiros.” (1902-EC1)
- (C) “...e descem insensivelmente para o Vaza-Barris, formando no ligeiro *divortium aquarum*, entre este e o Itapicuru, desmedidos areais sem o mais exiguo regato, porque absorvem, numa sucção de esponja, os mais impetuosos aguaceiros.”
- (D) “A travessia foi penosamente feita. O terreno inconsistente e móvel fugia sob os passos aos caminantes; remorava a tração das carretas absorvendo as rodas até ao meio dos raios;”
- (E) “Os chuveiros da véspera, como sucede na plenitude do estio, haviam passado sem deixarem traços. O solo requemado absorvera-os e repelira-os, permanecendo ressequido e agro.”

5

Nosso gramático Evanildo Bechara, recentemente falecido, já apontou a existência do *dequeísmo* entre nós; trata-se do emprego da preposição *de* junto à conjunção *que* em orações subordinadas substantivas, construção considerada errada.

Assinale a opção em que a presença do *dequeísmo* é considerada válida.

- (A) Reconheço de que o resultado não foi o esperado.
- (B) A afirmação de que todos vieram é falsa.
- (C) Creio de que você está com a razão.
- (D) É notório de que chegaremos atrasados.
- (E) Nego de que as coisas se tenham passado desse modo.

6

O cacófato é a construção frasal em que a junção da sílaba final de uma palavra com a sílaba inicial do vocábulo seguinte provoca o aparecimento de um vocábulo fonicamente desagradável, ridículo ou grosseiro.

Assinale os versos a seguir, de Luís de Camões, que mostram um exemplo famoso de cacófato.

- (A) As armas e os barões assinalados.
- (B) Estavas, linda Inês, posta em sossego.
- (C) Alma minha gentil que te partiste.
- (D) Porém já cinco sóis eram passados.
- (E) Mas um velho de aspecto venerando.

7

No célebre romance *Dom Casmurro*, Machado de Assis constrói o seguinte trecho:

“Não consultes dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. *Dom* veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo.”

Em relação a esse texto, a função de linguagem predominante é a

- (A) referencial.
- (B) emotiva.
- (C) fática.
- (D) metalinguística.
- (E) conativa.

8

Há um grupo de palavras em língua portuguesa que não se enquadram em nenhuma das classes gramaticais da nomenclatura oficial, não desempenham função sintática na frase, mas apresentam importância semântica e estilística. São chamadas *palavras denotativas*.

A frase abaixo, retirada de obras de Machado de Assis, que **não** se enquadra entre esse tipo de palavras, é a seguinte:

- (A) !Eis aí um mistério; deixemos ao leitor o tempo de decifrar este mistério.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (B) “Não há nada no mundo que a faça mudar de resolução; só o tempo.” (*Dom Casmurro*)
- (C) “Não falo de mim, Deus meu, que apenas tive veleidades sexagenárias.” (*Crônicas*)
- (D) “-Você não me convidou. – Pois precisa convidar? Lá em casa todos ficaram gostando muito de você.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Reflexionou muito sem adiantar nada. Ora que sim, ora que não.” (*Quincas Borba*)

9

Leia o trecho inicial do romance *A Morte e a Morte de Quincas Berro Dágua*, do escritor modernista Jorge Amado.

“Até hoje permanece certa confusão em torno da morte de Quincas Berro Dágua. Dúvidas por explicar, detalhes absurdos, contradições no depoimento das testemunhas, lacunas diversas. Não há clareza sobre hora, local e frase derradeira.”

Assinale a afirmação correta sobre a sua significação ou estruturação.

- (A) O primeiro período do segmento é explicitado pelo restante do texto.
- (B) Entre o primeiro e o segundo período do texto, em lugar do ponto poderia ser empregado o conectivo “apesar de”.
- (C) A expressão “lacunas diversas” mostra o mesmo sentido que “diversas lacunas”.
- (D) Apesar de ser o início de um romance, o segmento textual mostra traços de uma reportagem jornalística.
- (E) A pontuação empregada no texto segue rigorosamente as regras normativas.

10

A respeito da regência dos verbos, assinale a opção que mostra uma correta dupla possibilidade de construção.

- (A) Avisei-o do ocorrido / avisei-lhe o ocorrido.
- (B) Cientifiquei-os dos fatos / cientifiquei-lhe os fatos.
- (C) Contei-o da novidade / contei-lhe a novidade.
- (D) Disse-o da notícia / disse-lhe a notícia.
- (E) Narrei--lhe os detalhes / narrei-o dos detalhes.

11

Observe o seguinte texto publicitário:

“Renault, porque é líder, dispõe de meios para uma política ambiciosa de pesquisa. Assim, quando a Renault concebe a série Sandero, tudo é pensado, nada é desprezado, para que não haja risco de ser caricaturizado.”

Esse fragmento textual argumentativo, mostra

- (A) cuidado com a força dos argumentos utilizados.
- (B) preocupação com a imagem do argumentador.
- (C) detalhes pertinentes ao público-alvo da publicidade.
- (D) foco na possível mudança de opinião do comprador.
- (E) destaque das diversas qualidades do produto anunciado.

12

Observe o seguinte segmento textual, retirado de um artigo - *Quais escolhas para o futuro?* – de Eric Cauchaix:

“Torna-se assim urgente mudar radicalmente de orientação e de reconsiderar, enquanto ainda há tempo, a evolução de nossas sociedades industriais grandes consumidoras de energia.”

Esse texto mostra

- (A) a força dos argumentos, contra os quais é impossível ou difícil opor um contra-argumento.
- (B) o destaque da tese argumentativa, ideia central que é acompanhada de argumentos pertinentes.
- (C) a conclusão, que coloca um ponto final na argumentação, com marcas linguísticas dessa conclusão.
- (D) um encadeamento perfeito de ideias, em que a tese é seguida de argumentos em etapas sucessivas.
- (E) os tipos de argumentos empregados na tentativa de fazer o público-alvo mudar de opinião.

13

Leia com atenção o seguinte anúncio publicitário de uma revista:

“Cada semana, parta ao encontro da grande aventura do mundo e se deixe levar pela narrativa da história dos homens e das suas descobertas. Completamente nova em sua apresentação, cada número de “Descobertas” dará aos jovens a possibilidade de satisfazer sua curiosidade e de compreender tudo com prazer.”

A afirmação, que está de acordo com a significação e a estruturação do presente texto, é

- (A) a estratégia argumentativa do texto tenta levar o receptor a reconhecer que ele partilha a mesma opinião que o argumentador.
- (B) os argumentos apresentados no texto se apoiam na autoridade dos mais velhos, que tentam ensinar o caminho aos mais novos.
- (C) o argumentador faz questão de destacar o rigor científico da revista, apesar de dirigida aos jovens.
- (D) o texto foi escrito para jovens, como mostram os argumentos de estruturação narrativa e de compreensão prazerosa.
- (E) o texto indica, subliminarmente, a decadência do conhecimento tradicional.

14

Machado de Assis foi um grande criador de frases de efeito, de aforismos, marcadas por originalidade. Essas frases aparecem impregnadas de humor ou ironia, deixando ver sua visão filosófica a respeito do mundo, do homem e das coisas.

A frase retirada de uma de suas obras, que não se enquadra nesse tipo de frase, é a seguinte:

- (A) “A vida é uma ópera bufa com intervalos de música séria.” (*Ressurreição*)
- (B) “As nossas paixões não aceleram nem moderam o passo do tempo.” (*A Mão e a Luva*)
- (C) “A velhice ridícula é, porventura, a mais triste e derradeira surpresa da natureza humana.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (D) “O maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado.” (*Quincas Borba*)
- (E) “A missa é que era a mesma, e o evangelho começava como o de S. João.” (*Esau e Jacó*)

15

Observe o seguinte diálogo:

- O que você quer comer no almoço?

- Sei lá!

- Que tal...

- Ah, já sei: camarão à milanesa.

- Tá bom!

Para dar verossimilhança ao diálogo acima, a estratégia que NÃO foi empregada no texto, é

- (A) utilizar pontuação que demonstra a entoação.
- (B) usar frases curtas ou incompletas.
- (C) utilizar nível de linguagem adequado à situação.
- (D) empregar estruturas repetidas, típicas da fala.
- (E) acrescentar interjeições, próprias da língua falada.

## Raciocínio Lógico e Matemático

16

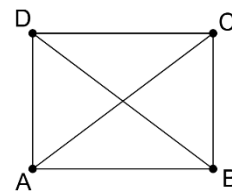
Considere os números racionais  $a = 6/7$  e  $b = 7/8$ .

Entre as opções abaixo, o único número que é maior que  $a$  e menor que  $b$  é:

- (A) 0,842.
- (B) 0,853.
- (C) 0,861.
- (D) 0,878.
- (E) 0,884.

17

A figura abaixo mostra um retângulo ABCD com suas diagonais desenhado no chão de uma praça. Suas medidas são  $AB = 8$  m e  $BC = 6$  m.



Uma criança percorre as linhas do desenho partindo do vértice A e voltando ao mesmo ponto, passando sucessivamente pelos vértices na sequência: A, B, C, D, B, A, C, D, A.

A distância total percorrida pela criança é de

- (A) 64 m.
- (B) 66 m.
- (C) 68 m.
- (D) 70 m.
- (E) 72 m.

18

Considere o conjunto  $N$  de todos os números naturais desde 10 até 69. O conjunto  $C$  é formado pelos elementos de  $N$  que não são múltiplos de 3. Um número do conjunto  $C$  é escolhido ao acaso.

A probabilidade de que esse número seja múltiplo de 5 ou de 7 é:

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 36%.

19

Bernardo e Danilo trabalham no mesmo escritório. Bernardo diariamente abre o escritório pela manhã e Danilo o fecha no fim do dia. Certo dia, Bernardo permaneceu no escritório por 7 horas e 50 minutos, Danilo permaneceu no escritório por 8 horas e 15 minutos e os dois estiveram juntos no escritório por 5 horas e 25 minutos. Nesse dia, Bernardo chegou no escritório às 8h25min.

Nesse dia Danilo saiu do escritório às

- (A) 17h55min.
- (B) 18h10min.
- (C) 18h35min.
- (D) 18h50min.
- (E) 19h05min.

**20**

Lauro, Mário e Pedro são amigos e estão inscritos em um concurso público. Um deles é contador, outro é economista e outro é jornalista.

Das afirmativas abaixo apenas uma é verdadeira.

- Lauro é jornalista.
- Mário não é economista.
- Pedro não é jornalista.

É correto afirmar que

- (A) Lauro é economista.
- (B) Mário é jornalista.
- (C) Pedro é economista.
- (D) Lauro é contador.
- (E) Pedro não é jornalista.

## Legislação do Estado do Amazonas

**21**

No âmbito das normas constantes da Constituição do Estado do Amazonas, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas Estadual:

- (A) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Pública direta e indireta, do Poder Público Municipal, incluindo os cargos em comissão.
- (B) Julgar, anualmente, as contas prestadas pelos Governadores de Estado, sem a necessidade de encaminhamento de parecer para a Assembleia Legislativa.
- (C) Fiscalizar as contas estaduais de empresa ou consórcio interestaduais de cujo capital social o Estado participe de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.
- (D) Apreciar as contas prestadas anualmente pela Mesa da Assembleia Legislativa, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento.
- (E) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado do Amazonas e respectivos Municípios.

**22**

Jonas, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, foi indagado sobre a instauração e o andamento dos trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito, à luz do disposto na Resolução Legislativa nº 469/2010 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas).

Assinale a alternativa que apresenta a correta informação prestada por Jonas acerca do tema.

- (A) A Comissão tem o prazo de cento e oitenta dias, prorrogável por igual período, por deliberação do Plenário, para a conclusão de seus trabalhos, não correndo este prazo durante o recesso.
- (B) É vedado à Comissão decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e de registros telefônicos de indiciados e testemunhas envolvidas no processo de apuração.
- (C) A Comissão pode funcionar independentemente da presença do Presidente e do relator nas hipóteses em que for tomar depoimento de testemunhas ou indiciados.
- (D) A Comissão pode versar sobre matéria atinente a conteúdo de decisões dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, ainda que decorrentes do exercício de suas competências exclusivas.
- (E) A Comissão apresenta relatório circunstanciado ao Presidente da Assembleia, devendo o texto ser publicado de forma resumida no Diário Oficial e encaminhado para órgãos competentes para a adoção de providências pertinentes.

**23**

Considerando as espécies de provimento derivado delimitadas pela Lei nº 1.762/1986 existe aquela que consiste na passagem de referência final de uma classe para a inicial da classe imediatamente superior, dentro da mesma série de classes, e dependerá da existência de vaga.

É correto afirmar que tal modalidade de provimento, nos termos da mencionada norma, é designada de:

- (A) Promoção horizontal.
- (B) Progressão assimétrica.
- (C) Promoção vertical.
- (D) Progressão interclasses.
- (E) Acesso.

**24**

À luz das normas relativas ao teto remuneratório na Constituição do Estado do Amazonas, bem como da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição do Estado do Amazonas adotou como limite único para a remuneração de seus servidores o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) As parcelas indenizatórias previstas em lei devem ser computadas para efeito dos limites remuneratórios estabelecidos na Constituição do Estado do Amazonas.
- (C) O subsídio do Governador do Estado do Amazonas corresponde ao limite aplicável aos servidores do Poder Executivo estadual, incluindo os Procuradores de Estado e os Defensores Públicos.
- (D) É da competência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas fixar em lei, de sua própria iniciativa, o subsídio dos Deputados Estaduais na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.
- (E) O limite remuneratório estabelecido na Constituição do Estado do Amazonas não é aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente de receberem recursos do Estado para pagamento de pessoal ou custeio em geral.

**25**

Salvatore é servidor concursado ocupante de cargo efetivo do Estado do Amazonas, que, pensando em seu enquadramento na carreira, adicionais, bem como em sua aposentadoria, decidiu averiguar as normas atinentes ao tempo de serviço constantes da Lei nº 1.762/1986, vindo a concluir corretamente que:

- (A) O tempo de serviço do servidor afastado para exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, será contado para todos os efeitos legais, inclusive para a promoção por merecimento.
- (B) O tempo em que o servidor esteve em disponibilidade ou aposentado não pode ser considerado para nenhum efeito legal, incluindo nova aposentadoria e disponibilidade.
- (C) Será considerado como de efetivo exercício o afastamento do servidor em virtude de competições esportivas em que represente o Brasil ou o Estado do Amazonas.
- (D) Para efeito de adicional, não poderá ser computado o tempo de serviço federal, municipal ou em outro estado, devendo ser contabilizado apenas a atividade realizada para o Estado do Amazonas.
- (E) Para fins de aposentadoria e disponibilidade é admitida a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente e simultaneamente em dois ou mais cargos ou funções junto ao Estado do Amazonas, desde que a acumulação seja admitida nos termos da lei.

**26**

Ao estudar a Resolução Legislativa nº 469/2010 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), os irmãos Felipa e Fausto estavam debatendo as peculiaridades atinentes à delimitação da Presidência enquanto o órgão representativo da Assembleia, responsável pela ordem de seus trabalhos.

Assinale a alternativa correta acerca da conclusão acertadamente alcançada pelos irmãos, quanto à atribuição do Presidente elencada na aludida norma.

- (A) Fiscalizar a realização de processos licitatório.
- (B) Propor medidas para sanar violações, ilegalidades e abusos de poder constatados ou regularizar os serviços legislativos e administrativos prestados pela Assembleia.
- (C) Supervisionar a apuração da frequência dos parlamentares nas reuniões e eventos promovidos pelos órgãos legislativos.
- (D) Acompanhar e fiscalizar a tramitação das proposições para prestar informações aos Deputados e demais interessados.
- (E) Declarar a perda da titularidade do membro que incidir no número de faltas previstas no referido Regimento, quanto às comissões.

**27**

Gerard, na qualidade de servidor estável do Estado do Amazonas, almeja exercer o direito de petição na forma da Lei nº 1.762/1986 (Estatuto dos Servidores do Estado do Amazonas), razão pela qual passou a se aprofundar sobre o tema, vindo a concluir corretamente, à luz do mencionado Diploma Legal, que:

- (A) O requerimento é cabível para defesa de direito ou de interesse legítimo e será dirigido à autoridade superior de Gerard, independentemente da matéria.
- (B) O prazo para apresentação do pedido de reconsideração é de trinta dias a contar da ciência do ato, da decisão ou da publicação oficial.
- (C) O recurso é cabível contra indeferimento de pedido de reconsideração, sendo vedado quanto às decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.
- (D) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em dois anos nas hipóteses que não versem sobre atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (E) O ingresso em juízo não implica necessariamente suspensão, na instância administrativa, de pleito formulado pelo funcionário.

**28**

Analise as assertivas a seguir:

- I. As áreas públicas sujeitas a inundações periódicas não serão alienadas, contudo, poderão ser utilizadas mediante contrato de concessão de uso em que conste o tempo de duração do contrato, o tipo de exploração e a capacidade produtiva da área.
- II. A destinação de terras públicas e devolutas no meio rural, dentre outros aspectos delimitados na Constituição do Estado, atenderá manutenção das reservas florestais obrigatórias e observância de restrições de uso do imóvel, se houver.
- III. A política agrícola a ser implementada pelo Estado e Municípios, priorizará o pequeno produtor e o abastecimento alimentar através de sistema de comercialização direta entre produtores e consumidores, bem como observará o interesse da coletividade na conservação do solo, da água e da fauna.

Com relação às políticas fundiária e agrícola delimitadas na Constituição do Estado do Amazonas, está correto o que se afirma:

- (A) Em nenhuma das assertivas.
- (B) Exclusivamente nas assertivas I e III.
- (C) Apenas na assertiva II.
- (D) Em todas as assertivas.
- (E) Somente nas assertivas II e III.

**29**

No exercício de suas atribuições como servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Marcelo foi questionado sobre as peculiaridades atinentes às sessões legislativas.

Tendo em conta o disposto na Resolução Legislativa nº 469/2010 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), Marcelo afirmou corretamente que:

- (A) A sessão legislativa ordinária ocorre dentro de cada legislatura, dividida em períodos bimestrais, salvo a ocorrência de impedimento a seu encerramento, nos termos da lei.
- (B) A sessão legislativa extraordinária apenas poderá ser convocada pelo Governador do Estado em caso de urgência ou de interesse público relevante, de modo que é vedada a sua convocação por Deputados.
- (C) A sessão legislativa ordinária necessariamente se inicia em primeiro de fevereiro e se encerra em primeiro de dezembro, com intervalo do recesso entre primeiro e trinta e um de julho, de cada ano civil.
- (D) A instalação da sessão legislativa extraordinária prescinde de prévia publicação do respectivo edital de convocação e não possui prazo para o seu funcionamento, que se encerrará quando exauridos os trabalhos que a ensejaram.
- (E) A sessão legislativa ordinária não será interrompida pelo recesso sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem encerrada sem a aprovação do Projeto de Lei do Orçamento Anual e o exame das contas do Governador, relativas ao exercício anterior.

**30**

Samira, recentemente, foi aprovada em concurso público realizado para cargo efetivo do Estado do Amazonas, razão pela qual passou a analisar as normas constantes da Lei nº 1.762/86 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas), com relação à sua posse.

Assinale a alternativa correta acerca do tema.

- (A) Haverá posse nos casos de reintegração e readaptação.
- (B) Quando o servidor não tomar posse no prazo legal, o ato de provimento será tornado em efeito.
- (C) É vedada a posse mediante procuração, na medida em que se trata de ato pessoal e intransferível.
- (D) A posse ocorrerá no prazo improrrogável de quinze dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
- (E) A declaração de bens e valores que constituem o patrimônio do empossando não pode ser exigida como requisito para a posse.

## Conhecimentos Específicos

### Controle Interno e Externo e Auditoria Governamental

Para responder às questões seguintes, considere:

TCE-AM – Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

ALE-AM – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**31**

A prescrição é instituto de ordem pública, aplicável às ações de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), no exercício de suas competências constitucionais, e às ações de execução administrativa de competência da Corte.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. A prescrição alcança tão somente as pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, não abrangendo sua competência judicante, notadamente as ações de natureza declaratória.
- II. O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória obsta a imposição de sanção e de reparação do dano e impede o julgamento de prestação de contas anuais, tomadas de contas anuais e de transferências voluntárias.
- III. Prescrevem em 05 (cinco) anos as pretensões punitivas e ressarcitórias do TCE-AM no exercício do controle externo realizado nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado do Amazonas.

Considerando as disposições da Resolução TCE-AM nº 10/2024, está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I, somente.
- (E) I e III, somente.

**32**

A seguir, são descritas três ações de controle realizadas na administração pública:

- I. O Secretário Municipal de Educação do município Alfa anulou um ato administrativo praticado pelo fiscal de um contrato.
- II. O Tribunal de Contas do Estado realizou uma auditoria operacional nas unidades hospitalares do sistema de saúde estadual.
- III. A Controladoria do Estado do Amazonas realizou uma inspeção nas unidades escolares da rede estadual de educação para verificar as condições físicas dessa unidade.

Considerando a classificação do controle quanto ao alcance (ou quanto à extensão), as ações descritas podem ser definidas, respectivamente, como de:

- (A) Controle interno – controle interno – controle externo.
- (B) Controle de legalidade – controle de eficácia – controle de legalidade.
- (C) Controle interno – controle externo – controle interno.
- (D) Controle posterior- controle posterior – controle posterior.
- (E) Controle administrativo – controle legislativo – controle administrativo.

**33**

O prefeito do município Alfa, jurisdicionado do TCE-AM, não encaminhou a este Tribunal sua prestação de contas anual relativas ao exercício de 20XX, alegando a ocorrência de força maior que o impossibilitou de reunir as informações e documentos necessários à formalização do processo de prestação de contas. Ao analisar os fatos e elementos de prova apresentadas pelo prefeito, o TCE-AM considerou as suas contas ilíquidáveis, determinando o seu trancamento.

Nessa hipótese, o tipo de decisão adotada pelo Tribunal no processo de contas é denominado:

- (A) Preliminar.
- (B) Conclusiva.
- (C) Definitiva.
- (D) Terminativa.
- (E) Liminar.

**34**

Os atos de controle interno podem ser classificados quanto ao momento de sua realização. Neste sentido, considere os seguintes atos praticados no âmbito da administração pública:

- I. Definição de procedimentos anteriores e necessários à formalização de atos de dispensa de licitação.
- II. Realização de inspeção para verificar a quantidade e qualidade de bens entregues à administração em cumprimento de compromissos contratuais.

Assim, quanto ao momento de sua realização, estes atos são classificados, respectivamente, como ações de controle:

- (A) De legalidade – de legalidade.
- (B) Prévio – posterior.
- (C) De legalidade – concomitante.
- (D) Interno – interno.
- (E) Prévio – concomitante.

**35**

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil/88 os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno (SCI). Dentre outras finalidades constitucionais, o SCI deve apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. É plenamente constitucional a previsão em lei estadual de que os órgãos de controle interno do Estado têm a obrigação de organizar e executar auditorias por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado.
- II. A Lei municipal pode autorizar a nomeação de servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão para a função de Controlador Geral do Município, tendo em vista que a chefia do órgão de controle interno decorre da relação de confiança entre a autoridade nomeante e nomeada.
- III. É constitucional a exigência legal de assinatura do responsável pelo controle interno em relatórios de gestão fiscal de competência do Poder Executivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II, somente.
- (E) I, II e III.

**36**

Sobre as auditorias e inspeções, físicas e digitais, realizadas pelo TCE-AM, considere as afirmativas a seguir:

- I. As inspeções são especiais, quando, por necessidade imperiosa do serviço, em razão da identificação de grave irregularidade, de representação ou de denúncia, se deva fazer a verificação fora do plano anual de auditorias governamentais.
- II. A inspeção é o procedimento de fiscalização utilizado pelo Tribunal como rotina na instrução dos processos de prestação ou tomada de contas anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais.
- III. As inspeções ordinárias constam de plano anual elaborado pela Presidência do TCE-AM, sob a coordenação da Secretaria Geral de Controle Externo e posterior homologação pelo Tribunal Pleno.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, somente.
- (D) II, somente.
- (E) III, somente.

**37**

As contas do Governador são encaminhadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias, contados da abertura da sessão legislativa. A íntegra do processo de prestação de contas é encaminhada pela ALE-AM ao TCE-AM para análise e emissão de parecer prévio.

A autoridade ou órgão da ALE-AM competente para encaminhar o referido processo ao Tribunal de Contas do Estado é o(a):

- (A) Presidente da Mesa Diretora.
- (B) Presidente da ALE-AM.
- (C) Comissão de Fiscalização de Políticas e Orçamento Público.
- (D) Auditor Geral.
- (E) Comissão de Assuntos Econômicos

**38**

Encerrada a respectiva votação, a decisão do Plenário da ALE-AM sobre a irregularidade ou regularidade das contas anuais prestadas pelo Governador do Estado se dá por meio da edição e publicação de:

- (A) Resolução Legislativa.
- (B) Parecer Prévio.
- (C) Decreto legislativo.
- (D) Lei específica.
- (E) Ofício legislativo.

**39**

Sobre a convocação de órgãos e agentes públicos para prestar esclarecimentos à ALE-AM, analise as afirmativas a seguir:

- I. A prerrogativa da ALE-AM de convocar agentes públicos para prestarem informações e esclarecimentos não alcança os dirigentes de entidades do terceiro setor, ainda quando responsáveis pela gestão de recursos estaduais.
- II. A convocação do Presidente do Tribunal de Contas e do Procurador Geral de Justiça é admitida, tendo por objeto esclarecer aspectos relativos à legalidade e à legitimidade da gestão, vedada a apreciação do mérito de decisões e atos de restrita competência.
- III. A pessoa convocada deve remeter à ALE-AM, quarenta e oito horas antes do seu comparecimento, um resumo da sua exposição.

Tendo em vista as disposições do Regimento Interno da ALE-AM, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I, somente.
- (E) II e III, somente.

**40**

O relatório de gestão fiscal e o relatório resumido de execução orçamentária são instrumentos de transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

Conforme determinação da Lei de Responsabilidade fiscal, são informações que devem constar do relatório de gestão fiscal:

- (A) O comparativo com os limites dos montantes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- (B) Resultado nominal e primário e os demonstrativos das despesas com juros da dívida.
- (C) Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias e o resultado orçamentário.
- (D) Projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (E) Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

**41**

Ao elaborar seu plano anual de auditorias governamentais, a Auditoria Interna da ALE-AM verificou que, em auditoria financeira anteriormente realizada no mesmo objeto, o valor das distorções detectadas nas demonstrações contábeis representavam 12% (doze por cento) do orçamento do Poder Legislativo, o que justificava a sua inclusão no referido plano.

O critério utilizado pela Auditoria Interna para selecionar o referido objeto de auditoria é denominado:

- (A) Orçamentariedade.
- (B) Oportunidade.
- (C) Quantidade.
- (D) Materialidade.
- (E) Tempestividade.

**42**

Ao realizar o planejamento de uma auditoria e após a análise prévia de seu objeto, a equipe de auditores definiu os procedimentos a serem adotados para coletar e analisar os dados e produzir as evidências dos achados de auditoria.

Nessa situação, a equipe definiu o elemento de planejamento da auditoria denominado:

- (A) Escopo.
- (B) Metodologia.
- (C) Critérios.
- (D) Objetivos.
- (E) Benefícios.

**43**

Durante o planejamento de uma auditoria e com a finalidade de definir o seu escopo, a equipe de auditoria aplicou um procedimento que lhe permitiu identificar quem era o agente responsável pelas atividades examinadas; quem a executava e quem eram os agentes e unidades consultados e informados no âmbito do órgão auditado.

O procedimento utilizado pela equipe de auditoria é denominado:

- (A) Diagrama de Ishikawa.
- (B) Análise RECI.
- (C) Análise de Stakeholder.
- (D) Benchmarking.
- (E) Análise SWOT.

**44**

A equipe de auditoria governamental do TCE-AM aplicou um conjunto de procedimentos técnicos para comparar uma amostra do universo com diferentes fontes de informação, a fim de se certificar da igualdade entre ambas e, sendo o caso, identificar as causas das divergências constatadas.

Nessa hipótese, a técnica de auditoria utilizada pela equipe é denominada:

- (A) Confirmação formal.
- (B) Circularização.
- (C) Cruzamento eletrônico de dados.
- (D) Correlação das informações obtidas.
- (E) Conciliação.

**45**

Sobre a Matriz de responsabilização, analise as afirmativas a seguir:

- I. Deve apresentar apenas os nomes daquelas pessoas cujas condutas tenham contribuído para a irregularidade, independentemente de haver causa excludente.
- II. Entre os seus campos, deve constar os critérios adotados para caracterização dos achados e as circunstâncias atenuantes relacionadas aos fatos imputados às pessoas responsabilizadas.
- III. É obrigatória a indicação do período de exercício no cargo do agente que deu causa à irregularidade, considerando-se ainda os eventuais afastamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.

**46**

Durante a execução das auditorias, os auditores devem coletar os elementos de prova e de confirmação da possível incongruência entre a condição e o critério. Esses elementos de prova, que caracterizam o achado de auditoria, são denominados:

- (A) Situação encontrada.
- (B) Fator de verificação.
- (C) Evidências.
- (D) Responsabilização.
- (E) Papéis de trabalho.

**47**

Para entender os sistemas, programas, projetos e ações do governo, especialmente em termos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e de gestão de patrimônio realizados pela unidade auditada, a equipe de auditoria deve utilizar o instrumento de auditoria denominado:

- (A) Auditoria Operacional.
- (B) Inspeção.
- (C) Auditoria de regularidade.
- (D) Monitoramento.
- (E) Levantamento.

**48**

A Secretaria Geral de Controle Externo do TCE-AM realizou um trabalho de auditoria em que a parte responsável mensura o objeto de acordo com os critérios e apresenta a informação, sobre a qual o auditor obtém evidência para subsidiar a emissão de opinião.

Esse tipo de trabalho de auditoria é denominado:

- (A) De conformação.
- (B) Inspeção.
- (C) De relatório direto.
- (D) De certificação.
- (E) De regularidade.

**49**

Ao realizar um trabalho, o auditor interno da ALE-AM aplicou os resultados de seus treinamentos, conhecimentos e experiências dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho da auditoria realizada.

Nessa situação, e de acordo com as disposições da NBC TA 200, o auditor agiu com:

- (A) Ceticismo profissional.
- (B) Julgamento profissional.
- (C) Objetividade.
- (D) Imparcialidade.
- (E) Conformidade.

50

O Poder Executivo do Estado Alfa aderiu ao Plano de Recuperação Fiscal junto ao governo federal, com vistas a otimizar a gestão fiscal e reduzir os fatores de riscos ao desequilíbrio das contas públicas.

Para o Tribunal de Contas do Estado Alfa verificar o grau de atendimento das medidas pactuadas ao longo de um período predeterminado, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e eficácia dos atos praticados durante a execução do plano, é possível utilizar o instrumento de fiscalização denominado:

- (A) Acompanhamento.
- (B) Monitoramento.
- (C) Auditoria Operacional.
- (D) Inspeção.
- (E) Levantamento.

## Administração Financeira, Orçamentária e Responsabilidade Fiscal

51

O Município de Felicidade do Norte iniciou a elaboração da sua proposta orçamentária para o exercício de 2025. Durante a análise técnica, a equipe de planejamento identificou inconsistências na classificação de algumas despesas e receitas, especialmente no que diz respeito à correta vinculação entre Programa de Governo, Ação Orçamentária e Fontes de Recursos. Entre os erros verificados, constavam:

- I. A classificação de uma despesa de reforma com ampliação de unidade básica de saúde sob a subfunção 365 - Educação Infantil;
- II. A inclusão de taxas de coleta de lixo na categoria econômica de receitas de capital;
- III. A vinculação de uma emenda parlamentar de bancada para aquisição de ambulância a um programa genérico de administração e não ao programa setorial de saúde; e
- IV. A ausência de detalhamento da despesa quanto ao grupo de natureza e ao identificador de uso.

Com base no caso descrito e nas classificações orçamentárias previstas na Lei nº 4.320/1964, na Portaria MOG nº 42/1999 e suas alterações, além do Manual Técnico do Orçamento (MTO 2025), assinale a alternativa correta.

- (A) A despesa de reforma da unidade básica de saúde deve ser classificada na subfunção 301 – Atenção Básica, pertencente à função 10 – Saúde e vinculada a uma ação orçamentária de natureza de projeto, uma vez que se refere à ampliação ou melhoria do patrimônio público.
- (B) As taxas de coleta de lixo integram a categoria Receitas de Capital, pois são recursos provenientes de contraprestações específicas do contribuinte.
- (C) A emenda parlamentar, por representar recurso adicional ao orçamento, deve ser alocada em um programa de apoio administrativo, sem vinculação obrigatória à área finalística da despesa, conforme a autonomia do ente federado.
- (D) O detalhamento por grupo de natureza da despesa (GND) é facultativo, sendo exigido apenas para despesas de custeio, já que os investimentos são controlados apenas pelo elemento de despesa e pela função programática.
- (E) O identificador de uso (IDUSO) é aplicado apenas à receita pública e serve para diferenciar se o recurso é livre ou vinculado, sendo dispensado nas despesas, conforme as regras do MTO 2025.

52

Uma cidadã solicita ao Estado de Norte Feliz: (i) cópia dos relatórios de execução de um contrato de gestão firmado com entidade de direito privado, constituída sob a forma de serviço social autônomo; (ii) a tramitação interna do processo; e (iii) lista nominal com o quantitativo total de empregados da entidade, discriminada por cargo e por faixas salariais. O órgão afirma que só responderá se a requerente justificar o motivo do pedido, cobrará taxa de protocolo e informa prazo de 30 dias improrrogáveis. Diz ainda que, se houver documentos com parte sigilosa, negará integralmente o acesso. Por fim, a cidadã sustenta que a entidade é obrigada, pela LAI, a divulgar nominalmente a remuneração de todos os seus empregados.

À luz da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), assinale a alternativa correta.

- (A) É lícito exigir justificativa do pedido, pois a identificação do requerente inclui a demonstração do interesse.
- (B) É admissível cobrar taxa de protocolo pelo serviço de busca e fornecimento da informação, ainda que não haja reprodução de documentos.
- (C) As informações pessoais têm acesso restrito por 50 anos, salvo ordem judicial.
- (D) O governo deve responder em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 mediante justificativa, e, havendo parte sigilosa, deve franquear o acesso à parte não sigilosa (certidão, extrato e cópia com ocultação).
- (E) A entidade de direito privado, constituída sob a forma de serviço social autônomo, por força do art. 8º-A da LAI, é sempre obrigada a divulgar nominalmente a remuneração de seus empregados, independentemente da natureza do vínculo com o ente público.

53

Recentemente as subfunções da Função 08 – Assistência Social sofreram adequações conceituais e terminológicas relevantes para o aperfeiçoamento da classificação funcional do gasto público. Considerando o disposto nas portarias da Secretaria do Orçamento Federal e os conceitos definidos no Manual Técnico do Orçamento (MTO), assinale a alternativa correta.

- (A) A função representa o nível mais detalhado da classificação funcional, sendo vinculada a um programa orçamentário, enquanto a subfunção corresponde ao agrupamento de despesas segundo a natureza econômica da ação governamental.
- (B) As subfunções 245 – Serviços Socioassistenciais e 246 – Segurança de Renda foram criadas pela Portaria SOF/MPO nº 169/2024 e representam a expansão da cobertura da Função 08, reforçando a dimensão protetiva e distributiva do SUAS, com vigência a partir de 2025.
- (C) A subfunção 244 - Assistência Comunitária foi extinta e substituída pela subfunção 245 - Serviços Socioassistenciais, que reflete a organização dos serviços continuados de proteção básica e especial.
- (D) A atualização da Portaria SOF/MPO nº 169/2024 preservou as subfunções anteriores, mas ajustou suas nomenclaturas a uma terminologia de direitos, substituindo expressões como “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”, além de incluir as novas subfunções 245 – Serviços Socioassistenciais e 246 – Segurança de Renda, cujos efeitos passam a valer a partir de 2025.
- (E) A Portaria SOF/MPO nº 221/2023 adequou as subfunções 241 – Assistência ao Idoso e 242 - Assistência ao Portador de Deficiência da função 08 - Assistência Social para 241 – Assistência à Pessoa Idosa e 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência, respectivamente, a fim de ajustar as subfunções existentes a nomenclaturas condizentes com o respeito que deve ser tratado cada cidadão, com vigência a partir de 2024.

54

Durante auditoria das contas de governo do Município de Alfa, o Tribunal de Contas constatou que, no último quadrimestre do exercício de 2024, a Secretaria de Obras inscreveu em Restos a Pagar processados valores relativos a serviços que não haviam sido previamente liquidados e cuja execução estava prevista para 2025. O ordenador de despesa alegou que o procedimento era necessário para “garantir a continuidade do serviço público” e que o pagamento só ocorreria após a liquidação. Com base nas normas de direito financeiro e penal aplicáveis, analise as afirmativas a seguir:

- I. A inscrição em Restos a Pagar somente pode recair sobre despesas regularmente empenhadas e que representem obrigação já constituída, ainda que não paga.
- II. A conduta descrita configura hipótese de inscrição indevida em Restos a Pagar, tipificada como crime contra as finanças públicas, tendo em vista que a autoridade competente deixou de ordenar, autorizar ou promover o cancelamento do montante de Restos a Pagar inscrito de forma ilegal, nos termos do art. 359-F do Código Penal.
- III. Despesas inscritas em Restos a Pagar não processados independem de prévio empenho, bastando que estejam previstas na lei orçamentária, uma vez que o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pode ser realizado no exercício seguinte, antes do pagamento.
- IV. No caso, a justificativa de continuidade do serviço público não afasta o caráter ilícito da conduta, pois a lei exige observância estrita da legalidade orçamentária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

55

A Resolução nº 15/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas disciplinou o envio das prestações de contas anuais pelas unidades gestoras sob sua jurisdição, revogando normas anteriores e introduzindo novos procedimentos de controle e responsabilização. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) As contas anuais de gestão do Governador e dos Prefeitos, quando desempenhem a função de ordenador de despesas praticando atos de gestão, não se confundem com as contas de governo, devendo ser apresentadas separadamente em processos distintos, sob pena de rejeição liminar pelo Tribunal de Contas.
- (B) A Resolução nº 15/2024 estabeleceu a obrigatoriedade do envio eletrônico das prestações de contas, com assinatura digital do gestor e do contador, e vedou o envio parcial ou incompleto de documentos, sendo o sistema do TCE-AM programado para bloquear o envio em caso de inadimplência mensal.
- (C) As contas de governo do Prefeito devem ser encaminhadas exclusivamente ao Tribunal de Contas, dispensando o envio concomitante das contas do Poder Legislativo municipal, que somente apreciará o parecer prévio posteriormente.
- (D) As prestações de contas anuais podem ser entregues em meio físico e eletrônico, desde que acompanhadas de justificativa técnica e autorização expressa do Tribunal de Contas.
- (E) A ausência de entrega das contas de governo no prazo legal gera advertência formal, sendo vedada a aplicação de multa até a apreciação de mérito pelo colegiado.

56

Durante a execução orçamentária e financeira do exercício de 2025, um auditor verificou que determinado órgão público realizou o pagamento de despesas sem a devida liquidação, além de manter saldos em contas bancárias diversas. Diante dessa situação, analise as afirmações a seguir:

- I. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- II. O pagamento da despesa deve ocorrer somente após a sua regular liquidação, salvo as circunstâncias legais e excepcionais de adiantamento, e dentro dos limites de programação financeira e cronograma de desembolso.
- III. O empenho é o ato que cria para o Estado a obrigação de pagamento e não o que extingue a obrigação.
- IV. A programação de desembolso tem por objetivo adequar a realização das despesas à disponibilidade de caixa do Tesouro, promovendo equilíbrio entre receitas e pagamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

57

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, a Secretaria de Fazenda do Estado Norte Feliz verificou que parte das receitas oriundas de transferências da União estava vinculada a programas de assistência social e outra parte a investimentos em educação. Diante disso, o órgão precisou identificar corretamente as fontes de recursos correspondentes, observando as regras de vinculação e aplicação das receitas públicas.

Com base no Manual Técnico de Orçamento (MTO) e nas portarias da STN/SOF que tratam da classificação da receita, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação por categoria econômica da receita indica a origem institucional dos recursos, permitindo identificar o ente federativo responsável pela arrecadação.
- (B) A fonte de recurso é utilizada apenas para fins contábeis, não interferindo na execução da despesa nem possuindo relação com as vinculações legais.
- (C) As receitas de mesma natureza e idênticas regras de aplicação são agrupadas sob um mesmo código de fonte ou destinação de recurso. Essa codificação garante a rastreabilidade das vinculações e a correta execução do gasto.
- (D) A classificação institucional da receita é determinada pela finalidade da despesa financiada, sendo definida de acordo com o programa orçamentário correspondente.
- (E) As fontes de recursos estão limitadas às receitas de impostos, não se aplicando às transferências voluntárias ou convênios federais.

58

Sobre a tramitação e o controle das matérias orçamentárias e financeiras na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta de acordo com o Regimento Interno:

- (A) Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) elaborar parecer conclusivo sobre a compatibilidade e a adequação das proposições com o PPA, a LDO e a LOA, cabendo à CAE apenas análise tributária.
- (B) A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza acompanhamento quadrimestral da execução orçamentária, com apresentação até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, analisando perfil de dispêndios e percentuais legais.
- (C) As contas do Governador e dos órgãos da Administração são apreciadas exclusivamente pelo Plenário, sem atuação da CAE, salvo quando houver parecer do Tribunal de Contas.
- (D) As reuniões das comissões que tratem de matéria orçamentária devem ocorrer, obrigatoriamente, às terças e quintas, com votação por maioria qualificada de 2/3.
- (E) Projetos que afetem receitas e despesas dispensam distribuição à relatoria especializada, quando estiverem em regime de urgência, cabendo parecer oral direto em Plenário.

59

A Controladoria-Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, foi instituída pela Lei Estadual nº 4.526/2017 e teve suas atribuições ampliadas pela Portaria nº 026/2022-GCG/CGE, que aprovou o Regimento Interno do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção. Considerando as competências normativas, de coordenação e de integridade da CGE-AM, assinale a alternativa correta.

- (A) A CGE-AM exerce exclusivamente o controle contábil e financeiro do Poder Executivo, cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-AM) o controle da integridade e o monitoramento de riscos institucionais. A presidência do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção é alternada entre a CGE-AM e a SEFAZ-AM, com reuniões mensais e deliberações de caráter vinculante aos órgãos de controle.
- (B) A CGE-AM atua de forma reativa, mediante provocação do Governador ou da Assembleia Legislativa, não possuindo autonomia técnica para instaurar auditorias, avaliações de integridade ou recomendações de melhoria dos controles. Compete ao Comitê a definição das fiscalizações, tendo a sua composição limitada a órgãos do Poder Executivo, vedada a participação da sociedade civil, em razão do sigilo das informações sensíveis de controle.
- (C) O Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção, presidido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-AM) e secretariado pela CGE-AM, tem competência exclusiva para fiscalizar contratos administrativos e instaurar processos disciplinares. O art. 1º da Portaria nº 026/2022-GCG/CGE determina que sua Secretaria Executiva é exercida pela Subcontroladoria-Geral de Controle Interno, órgão integrante da CGE-AM, responsável por promover a articulação e o acompanhamento das ações preventivas e corretivas no âmbito da administração pública estadual.
- (D) O Comitê tem natureza interinstitucional e caráter deliberativo, sendo presidido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-AM) e composto por órgãos estratégicos da administração direta e indireta, com a finalidade de propor, articular e acompanhar políticas públicas de integridade, transparência e combate à corrupção. Nos termos da Lei nº 4.526/2017, compete à CGE-AM avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, promover o controle preventivo, apoiar a governança e a gestão de riscos, além de atuar de forma coordenada com os órgãos de controle externo e de persecução penal.
- (E) O Comitê exerce atribuições meramente consultivas, sem articulação com órgãos de segurança, planejamento ou gestão, restringindo-se à análise de relatórios de auditoria. Suas deliberações, contudo, possuem caráter vinculante, cabendo à CGE-AM apenas executar as determinações e prestar contas ao Chefe do Poder Executivo.

60

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Complementar nº 131/2009 e as orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF – 14ª edição, 2025) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição, 2025), assinale a alternativa correta sobre as obrigações de prestação de contas e transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), especialmente quanto à publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e das informações no Portal da Transparência.

- (A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é de elaboração exclusiva do Poder Executivo, sendo vedado aos demais Poderes e órgãos autônomos publicar relatórios análogos, uma vez que a consolidação estadual é suficiente para fins de transparência.
- (B) O Portal da Transparência da ALEAM deve restringir-se à publicação das demonstrações contábeis anuais, sendo vedada a exposição de informações sobre remunerações e despesas detalhadas com pessoal em respeito ao sigilo administrativo.
- (C) A publicação dos relatórios fiscais da ALEAM no Portal da Transparência é facultativa, pois a responsabilidade pela transparência fiscal é centralizada no Poder Executivo estadual, que consolida as informações de todos os Poderes no Siconfi.
- (D) O RGF deve conter o comparativo das metas fiscais e o demonstrativo da receita corrente líquida, não sendo exigida a divulgação de informações sobre despesas com pessoal, dívida consolidada líquida e garantias.
- (E) A Assembleia Legislativa deve publicar, em seu Portal da Transparência, as versões simplificadas e completas do RREO e do RGF, assinadas digitalmente pelos responsáveis, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre e até 30 dias após o término de cada quadrimestre, respectivamente, sob pena de descumprimento da LRF.

## Direito Constitucional, Administrativo e Tributário

61

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa (ALEA) almeja celebrar um ajuste com a organização não governamental Sigma, que não recebera qualquer qualificação específica do governo estadual. O objetivo é o de promover a consecução de uma finalidade de interesse público e recíproco, conforme proposta formulada por Sigma, o que envolverá o repasse de recursos públicos para a sua realização, com a correlata prestação de contas ao fim do cumprimento do ajuste.

Considerando os objetivos almejados, é correto afirmar que deve ser celebrado um

- (A) convênio.
- (B) termo de fomento.
- (C) contrato de gestão.
- (D) termo de colaboração.
- (E) acordo de cooperação.

62

O Diretor de Tecnologia da Informação da Assembleia Legislativa do Estado Delta (ALED) sugeriu ao Presidente dessa Casa Legislativa a contratação de organização societária, nascente ou em operação recente, cuja atuação seja caracterizada pela inovação aplicada aos serviços ofertados. Nesse caso, a contratada deve testar uma solução inovadora, a ser desenvolvida por ela, com risco tecnológico. Para tanto, o Diretor elaborou arrazoado indicando a solução do problema a ser resolvido e os resultados esperados pela ALED, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, não incursionando, porém, na descrição da solução técnica; acresceu, ainda, que caberia aos interessados propor diferentes meios para a resolução do problema.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela legislação de regência, o Presidente da ALED decidiu corretamente que

- (A) pode ser realizada a contratação direta, com dispensa de licitação.
- (B) o escopo da licitação pode ser delimitado com base apenas nas informações constantes do arrazoado do Diretor.
- (C) a licitação deve ser realizada e irá selecionar uma única proposta para a celebração do contrato público para solução inovadora.
- (D) a contratação alvitrada pressupõe que a sociedade empresária tenha certificações positivas de projetos passados, o que não se compatibiliza com o perfil indicado pelo Diretor.
- (E) o termo de referência a ser elaborado deve ter por objeto solução inovadora já desenvolvida pelo potencial contratado, não se compatibilizando com as incertezas indicadas no arrazoado do Diretor.

**63**

Pedro, dirigente do Partido Político Alfa, teria desviado recursos endereçados a essa agremiação, oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, criado por lei editada pela União e de natureza pública. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o órgão competente de Alfa destituiu Pedro de suas funções e solicitou que a Advocacia-Geral da União adotasse as medidas necessárias e ajuizasse ação por ato de improbidade administrativa em face do referido agente.

Considerando a sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) Alfa, por ter personalidade jurídica de direito privado, não é sujeito passivo em potencial dos ilícitos descritos na Lei nº 8.429/1992.
- (B) Pedro não é agente público, logo, deve ser responsabilizado com base nas normas afetas à generalidade das pessoas, não nos termos da Lei nº 8.429/1992.
- (C) Pedro deve ser responsabilizado apenas com base na legislação afeta aos partidos políticos, não lhe sendo aplicável a sistemática da Lei nº 8.429/1992.
- (D) a União, por seu órgão de representação judicial, não tem legitimidade para ajuizar a ação por ato de improbidade administrativa, apenas o Ministério Público.
- (E) a União tem legitimidade para ajuizar ação por ato de improbidade administrativa em face de Pedro, que é sujeito ativo em potencial desse ilícito, em razão do vínculo que mantém com Alfa.

**64**

A sociedade empresária Alfa saiu vencedora em uma licitação organizada no âmbito da Secretaria de Educação do Estado Sigma, que contou com diversos participantes, tendo por objeto o fornecimento de fichários, a serem distribuídos aos estudantes da rede pública estadual. Por tal razão, Alfa foi convocada para assinatura do termo de contrato, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação.

Nessa situação descrita, consoante os balizamentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) Alfa tem o direito subjetivo à prorrogação do prazo, por até quarenta e oito horas, salvo comprovada má-fé, a ser demonstrada por outro participante da licitação.
- (B) o prazo de convocação pode ser prorrogado por até trinta dias, mediante solicitação de Alfa, formulada antes do seu decurso, apresentando justificativa que seja aceita pela Secretaria.
- (C) caso Alfa não assine o termo de contrato, a Administração Pública pode celebrar o contrato com um licitante remanescente, desde que observadas as condições apresentadas pela vencedora.
- (D) caso Alfa não assine o termo de contrato, a licitação deve ser considerada fracassada, com a sua correlata responsabilização pelos danos causados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- (E) caso Alfa não assine o termo de contrato, a Secretaria pode celebrar o contrato com um dos licitantes remanescentes, nas condições que um desses ofertou, observada a ordem de classificação, se não aceitarem celebrar o contrato nas condições de Alfa e for frustrada a negociação.

**65**

Após a aprovação do projeto de lei orçamentária anual pelo Congresso Nacional, o Presidente da República vetou a dotação referente a determinado programa de trabalho, o que deixou os respectivos recursos sem despesas correspondentes. Cerca de um mês após a publicação da lei orçamentária anual, mas antes da apreciação do veto pelo Poder Legislativo, foi editada a Medida Provisória nº X (MPX), abrindo créditos adicionais com o objetivo de ampliar as dotações orçamentárias direcionadas a outro programa de trabalho. A MPX seguiu para a apreciação do Poder Legislativo, sendo inicialmente apreciada por uma Comissão Mista. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à tramitação da MPX.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da MPX.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação em relação ao veto parcial.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação ao momento de edição da MPX.

66

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado Beta, ao analisar a conformidade constitucional de uma proposição legislativa, precisou interpretar o Art. X da Constituição da República. Ao realizar essa atividade, observou que o significado do Art. X não era mais aquele subjacente ao momento da edição da emenda constitucional que o veiculou. Em razão da superveniência de outras emendas constitucionais, que inseriram outros preceitos na ordem constitucional, o significado que lhe deve ser atribuído decorre da influência desses preceitos, embora não tenham promovido alterações em sua forma.

Na situação descrita, é correto afirmar que a

- (A) atribuição de significado a significantes constitucionais é atividade tipicamente constituinte, situando-se no momento de criação normativa, não no momento de aplicação da norma.
- (B) atividade descrita há de ser desenvolvida pelo intérprete último, de modo a tornar os significados previsíveis e a ampliar a segurança jurídica, o que não é alcançado por intérpretes intermédios.
- (C) ausência de sobreposição entre significantes e significados constitucionais não autoriza a conclusão de que outros significados possam influir no processo de interpretação de um preceito constitucional.
- (D) mobilidade normativa decorre da aproximação entre os momentos de criação e de aplicação dos padrões normativos, o que potencializa o papel da intérprete na apreensão de aspectos contextuais e ambientais.
- (E) a previsibilidade normativa e o respeito a padrões semióticos, próprios do realismo jurídico, evidenciam que o intérprete deve zelar pela obtenção de significados normativos que contem com a aquiescência de um auditório imaginário.

67

Joana, Pedro e Maria pretendiam concorrer a um cargo eletivo na próxima eleição a ser realizada, mas tinham dúvida de que a situação pessoal deles seria óbice à realização desse objetivo. Joana respondia a processo administrativo disciplinar, pela possível prática de infração disciplinar à qual era cominada a sanção de demissão. Pedro foi considerado inabilitado para o exercício de outra função pública por força de condenação pela prática de infração política. Por fim, Maria estava cumprindo pena restritiva de direitos em razão de condenação, realizada no âmbito de Juizado Especial Criminal.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que

- (A) todos estão inelegíveis.
- (B) apenas Joana está inelegível.
- (C) apenas Pedro está inelegível.
- (D) apenas Joana e Maria estão inelegíveis.
- (E) apenas Pedro e Maria estão inelegíveis.

68

Foi apresentada proposição legislativa no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, com o objetivo de definir a competência dos órgãos públicos estaduais em relação ao uso de águas subterrâneas, considerando a sua importância no ciclo hidrológico. Essas águas se encontram imediatamente abaixo de uma extensa área territorial pertencente ao Estado Alfa.

No âmbito das discussões direcionadas à verificação da conformidade constitucional dessa proposição legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu, corretamente, que as águas subterrâneas

- (A) pertencem ao Estado Alfa, logo, é possível que a legislação estadual incursione na temática na forma alvitada.
- (B) não pertencem ao Estado Alfa, mas a legislação estadual deve disciplinar a atuação dos órgãos estaduais nessa temática.
- (C) não podem ser utilizadas, em razão de sua importância para o ciclo hidrológico, tratando-se de limitação constitucional ao direito de propriedade.
- (D) não pertencem ao Estado Alfa, pois a propriedade do solo é distinta da propriedade do subsolo, logo, a legislação estadual não poderia incursionar na temática.
- (E) são de domínio público, sendo que disciplinas afetas a essa temática devem observar a divisão de competências legislativas prevista na Constituição da República.

69

Com o objetivo de estimular a atividade produtiva em seu território, o Estado Sigma postergou em dez anos, para as sociedades empresárias voltadas à produção industrial que ali se instalassem no período indicado, o recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS). Apesar do elevado número de novas sociedades empresárias, com a correlata sobrecarga dos serviços públicos em diversos Municípios, considerando o fluxo de trabalhadores nesses locais, esses entes não estavam recebendo o valor correspondente à sua parcela do ICMS devido, cujo recolhimento foi postergado por Sigma, o que levou à judicialização da questão.

Na situação descrita, concluiu-se que

- (A) Sigma não pode dispor de direitos afetos aos Municípios situados em seu território, logo, deve lhes repassar os valores a que fazem jus, apesar de o recolhimento do ICMS ser postergado.
- (B) a postergação do recolhimento do ICMS é lícita e não consubstancia benefício fiscal, sendo que a repartição das receitas tributárias deve ocorrer no momento do seu ingresso nos cofres públicos.
- (C) Sigma somente pode ter concedido o referido benefício fiscal com base nos balizamentos estabelecidos em lei complementar nacional, não afrontando, dessa maneira, direitos dos Municípios.
- (D) o fluxo de caixa dos Municípios exige que os repasses correspondentes à arrecadação do ICMS sejam realizados nos prazos constitucionais, independentemente das operações delineadas por Sigma no plano infraconstitucional.
- (E) a disciplina da forma e do prazo de recolhimento do ICMS é estabelecida em convênios e em lei complementar nacional, não havendo liberdade de conformação para a legislação estadual, sendo que a repartição das receitas tributárias deve ocorrer no momento do seu ingresso nos cofres públicos.

70

Em virtude de uma grave crise econômica que assolou o Brasil em determinado momento histórico, decorrente de uma conjuntura hostil na qual o país se viu envolvido, com queda na arrecadação federal, foi considerada pela equipe econômica a criação de uma nova exação tributária pela União. Em razão da urgência e da necessidade, foi considerada a edição de uma medida provisória (MP) para a realização desse objetivo.

Com o avanço das discussões e após serem sopesadas as variáveis envolvidas, concluiu-se corretamente que

- (A) a MP não pode ser utilizada para se criar um tributo.
- (B) a MP pode ser utilizada em se tratando do exercício da competência tributária residual da União.
- (C) a MP pode ser utilizada em se tratando do exercício da competência tributária extraordinária da União.
- (D) o novo imposto que venha a ser criado por MP, fora do rol constitucional, deve ter caráter pessoal e ser graduado conforme a capacidade econômica do contribuinte.
- (E) caso seja criado um novo imposto por MP, fora do rol constitucional, não pode ser cumulativo nem ter fato gerador ou base de cálculo próprio de outro preexistente.

## Contabilidade pública

71

Com relação ao Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), de acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL– ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades informacionais específicas dos usuários dos serviços públicos e dos provedores de recursos.
- ( ) Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.
- ( ) Os RCPGs têm papel significativo em fornecer a informação necessária para dar suporte ao cumprimento da obrigação do governo ou entidade do setor público em prestar contas e fornecer informação útil para a tomada de decisão, no entanto, é improvável que forneçam todas as informações que os usuários necessitam.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

72

Uma entidade do setor público possuía investimento em “A”, que era classificada como sua coligada. O investimento era reconhecido de acordo com o método da equivalência patrimonial. Em 2024, “A” deixou de se qualificar como coligada, pois houve a perda da influência significativa, e a entidade descontinuou o uso do método da equivalência patrimonial para reconhecer o investimento. Na data, foi verificado que a participação remanescente em “A” tinha preço de mercado em mercado ativo.

No Balanço Patrimonial da entidade do setor público, a participação remanescente em “A” foi considerada como ativo financeiro e deve ser mensurada ao valor

- (A) justo.
- (B) de reposição.
- (C) de cumprimento.
- (D) contábil inicial.
- (E) contábil na data da mudança.

73

Em outubro de 2024, uma universidade do setor público adquiriu novas carteiras escolares para serem utilizadas a partir do ano letivo de 2025 por R\$ 50.000, pagos à vista. Caso fossem adquiridas a prazo, o valor seria de R\$ 60.000.

Assinale a opção que indica o impacto gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa da universidade:

- (A) Em 2024, a atividade operacional consumiu R\$ 50.000.
- (B) Em 2024, a atividade de investimento consumiu R\$ 50.000.
- (C) Em 2025, a atividade operacional consumiu R\$ 50.000.
- (D) Em 2024, a atividade de investimento consumiu R\$ 60.000 e a atividade de financiamento gerou R\$ 10.000.
- (E) Em 2024, a atividade operacional consumiu R\$ 60.000 e a atividade de financiamento gerou R\$ 10.000.

**74**

Uma entidade do setor público apresenta a sua Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) acompanhada de notas explicativas, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens relevantes que compõem as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Em 2024, a entidade reconheceu os seguintes fatos na DVP:

- I. Reversão de provisão
- II. Baixa de investimento
- III. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Os valores envolvidos nos fatos não eram considerados relevantes.

A entidade pode apresentar em notas explicativas as circunstâncias relacionadas ao que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

**75**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, em relação à escrituração e consolidação das contas, a Demonstração das Variações Patrimoniais dará destaque

- (A) às operações inter e intragovernamentais.
- (B) à natureza e ao tipo de credor de cada operação.
- (C) à constituição de ativos e de passivos contingentes.
- (D) ao impacto das receitas e das despesas previdenciárias.
- (E) à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

**76**

Assinale a opção que indica um demonstrativo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) que deve ser elaborado e publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre de referência, durante o exercício:

- (A) Demonstrativo Patrimonial.
- (B) Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal.
- (C) Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência.
- (D) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.
- (E) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital.

**77**

Em entidades do setor público, o critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso de disponibilidades. Com relação a possíveis deduções da receita, analise o que se afirma a seguir:

- I. Restituição de receitas recebidas a maior ou indevidamente.
- II. Reconhecimento da inflação, através de atualização monetária do valor da receita.
- III. Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente.

A dedução de receita orçamentária é o procedimento padrão a ser utilizado para as seguintes situações:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

**78**

Em 31/12/2023, uma entidade do setor público adquiriu um terreno com o intuito de mantê-lo para valorização do capital a longo prazo, por R\$ 400.000. A entidade escolheu como política contábil o modelo do valor justo, que era estimado em R\$ 450.000. Em 31/12/2024, foi constatado que havia clara evidência de que o valor justo do terreno não poderia mais ser determinável de forma contínua e que os preços de mercado se tornaram menos disponíveis.

Na data, a entidade deve

- (A) continuar mensurando o terreno pelo valor justo, de R\$ 450.000.
- (B) voltar a mensurar o terreno pelo custo, de R\$ 400.000 e reconhecer uma despesa de R\$ 50.000.
- (C) mensurar o terreno por R\$ 500.000, admitindo que o valor justo varia em linha reta, e reconhecer uma receita de R\$ 50.000.
- (D) voltar a mensurar o terreno pelo custo, de R\$ 400.000, e reconhecer uma diminuição de R\$ 50.000 diretamente no patrimônio líquido.
- (E) mensurar o terreno por R\$ 500.000, admitindo que o valor justo varia em linha reta, e reconhecer um aumento de R\$ 50.000 diretamente no patrimônio líquido.

**79**

O Relatório de Gestão Fiscal conterá comparativo com os limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000 de montantes com dívidas consolidada e mobiliária e concessão de garantias, entre outros.

O Relatório indicará, também, medidas

- (A) financeiras, para garantir a existência de recursos caso sejam necessários.
- (B) educativas, utilizadas para explicar a importância da imposição dos limites.
- (C) corretivas, adotadas, ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites.
- (D) preventivas, divulgadas para assegurar que os limites não serão ultrapassados.
- (E) Contábeis, para reconhecimento em caso de não cumprimento dos limites adotados.

**80**

Ao apurar os custos dos serviços prestados à população, uma entidade do setor público rateou os custos indiretos, de valor material, aos diferentes serviços prestados. No entanto, a entidade tem a política de não divulgar aos usuários os critérios utilizados para o rateio.

Pode-se constatar que o fato compromete o atendimento à seguinte característica da informação de custos:

- (A) Prudência.
- (B) Materialidade.
- (C) Tempestividade.
- (D) Compreensibilidade.
- (E) Comparabilidade.

Realização

